



Número: **1001973-17.2020.4.01.4200**

Classe: **AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Federal Cível da SJRR**

Última distribuição : **17/02/2021**

Valor da causa: **R\$ 100.000,00**

Assuntos: **Direitos Indígenas, COVID-19**

Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
Ministério Público Federal (Procuradoria) (AUTOR)			
HUTUKARA ASSOCIACAO YANOMAMI (LITISCONSORTE)		JULIANA DE PAULA BATISTA (ADVOGADO) LUIZ HENRIQUE REGGI PECORA (ADVOGADO)	
UNIÃO FEDERAL (REU)			
FUNDACAO NACIONAL DO INDIO FUNAI (REU)			
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA (REU)			
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE (REU)			
Ministério Público Federal (Procuradoria) (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
535619888	10/05/2021 20:09	<a href="#">Parecer</a>	Parecer



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA**  
**7º OFÍCIO**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO  
JUDICIÁRIA DE RORAIMA**

**Processo nº 1001973-17.2020.4.01.4200**

**Requerente:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**Requeridos:** UNIÃO, FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, INSTITUTO NACIONAL DO  
MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, INSTITUTO CHICO  
MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

**Juízo:** 4ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

**Classe:** AÇÃO CIVIL PÚBLICA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, apresentado pelo Procurador da República  
subscritor, intimado pela decisão ID 525068521, comparece perante Vossa Excelência para  
manifestar-se nos termos a seguir.

**I - Quadro processual**

Aos 14/04/21, a UNIÃO apresentou versão atualizada do Plano Operacional de  
Atuação Integrada - Terra Indígena Yanomami (Id. 505990356), buscando aperfeiçoar o

Documento assinado via Token digitalmente por ALISSON MARUGAL, em 10/05/2021 20:08. Para verificar a assinatura acesse  
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 4e0866db.4f937abe.108472cd.d015f78d



planejamento anteriormente apresentado (Id. 432948874), mediante a formulação de um cronograma de ações, em cumprimento à decisão prolatada ao Id. 477458351, cujo dispositivo ficou assim redigido:

Já tendo passado quase 05 (cinco) meses desde quando proferida a decisão judicial Num. 381257429 - Pág. 1/11, na qual fixadas multas processuais em virtude de então já terem decorridos mais de 02 (dois) meses sem o cumprimento da decisão judicial recursal de urgência, apresentação do plano da versão final e completa (eis que sem o cronograma, nada mais se trata o documento do que um protocolo de intenções), determino:

a) à **União**, por ser a coordenadora das ações determinadas pelo Tribunal (item 3.2.1 da decisão monocrática em sede recursal), que acrescente, no prazo de 10 (dez) dias, o cronograma para início da execução das ações do PLANO OPERACIONAL DE ATUAÇÃO INTEGRADA - TERRA INDÍGENA YANOMAMI, sob pena de multa diária fixada em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), até o limite de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

b) a **todos os réus** que, findo o prazo de 10 (dez) dias do item anterior, iniciem a execução do PLANO OPERACIONAL DE ATUAÇÃO INTEGRADA - TERRA INDÍGENA YANOMAMI, apresentando nos autos os relatórios quinzenais determinados pelo TRF e comprovando a extrusão de todos os garimpeiros não indígenas da TIY, ainda que de forma progressiva, e, de modo igualmente importante, o seu não retorno, sob pena de multa **diária e solidária** desde logo fixada em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Apresentado o plano, foi designada audiência visando a conciliação das partes. O ato foi realizado aos 03/05/2021, tendo sido acordados os seguintes encaminhamentos (Id. 525068521):

Ao final, em que pese não se ter ainda chegado a consenso, foram estabelecidos os seguintes enlaces:

1. Ficam suspensas as incidências das multas determinadas por esse juízo de primeiro grau, considerando a apresentação do Plano Operacional de Atuação constante no id. 505990356;
2. As multas serão integral e retroativamente restabelecidas acaso a deflagração das incursões diárias não tenha início até o dia 31/08/2021, conforme previsto no item 15 do documento mencionado no item anterior;
3. O MPF e a HUTUKARA Associação Yanomami analisarão e apresentarão contrapropostas/propostas adicionais ao Plano Operacional de Atuação no prazo de 05 (cinco) dias, devendo ser concedidas vistas imediatas, via sistema, aos réus;
4. Será realizada nova audiência de conciliação no dia 27/05/2021, às 14h, horário de Brasília, a fim de que os demandados possam se manifestar sobre as propostas dos requerentes, bem como trazer atualizações sobre o Plano Operacional de Atuação.



Os autos vieram com vistas para manifestação, nos termos do item 3 da decisão proferida em audiência.

## **II - Do Plano Operacional de Atuação Integrada - Terra Indígena Yanomami (Id. 505990356)**

Desde que proferida a decisão liminar pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região aos 03/07/2020, a UNIÃO apresentou nestes autos três versões do Plano Operacional de Atuação Integrada - Terra Indígena Yanomami: a primeira, protocolizada aos 20/07/2020, padecia de melhor definição das competências institucionais dos órgãos envolvidos e não trazia um cronograma para execução das ações planejadas (Id. 282194858); a segunda, protocolizada aos 02/02/2021, insistia em omitir o cronograma de ações para implementação do plano (Id. 432948874); a terceira versão, protocolizada aos 14/04/2021 e ora objeto de exame, embora definindo mais detalhadamente a institucionalidade do planejamento e prevendo um cronograma de implementação, novamente não observa a integralidade do que fora determinado pelo TRF1.

A fim de expor as insuficiências da terceira versão apresentada nos autos, apresenta-se um cotejo entre a decisão liminar do TRF1 e o plano de ações apresentado pela UNIÃO.

<b>Decisão liminar TRF1</b>	<b>Plano apresentado pela UNIÃO</b>	<b>Observações</b>
3.1) à UNIÃO, à FUNAI, ao IBAMA e ao ICMBio que, solidariamente e sem prejuízo de nenhuma outra atividade funcional: 3.1.1) apresentem, no prazo de 5 dias, plano emergencial de ações, e respectivo cronograma, para monitoramento territorial efetivo da Terra Indígena Yanomami, combate a ilícitos ambientais e extrusão de infratores ambientais	Plano Operacional de Atuação Integrada - Terra Indígena Yanomami, com respectivo cronograma apresentado aos 14/05/2021 (Id. 505990356)	- A decisão liminar determina a formulação de um plano emergencial de ações com três objetivos: monitoramento territorial, combate a ilícitos ambientais e extrusão de infratores ambientais. Tal plano deve ser implementado enquanto durar a pandemia de Covid-19.  - O plano apresentado pela UNIÃO contempla apenas dois objetivos: combate a



<p>(mormente garimpeiros), no contexto da pandemia de covid-19, devendo as ações incluírem, minimamente:</p>		<p>ilícitos ambientais e extrusão de garimpeiros. Não trata do monitoramento territorial efetivo da Terra Indígena Yanomami enquanto durar a pandemia de Covid-19, com vistas a garantir o não retorno de garimpeiros ilegais. Como será demonstrado mais abaixo, trata-se de um plano de desintrusão com implementação restrita ao segundo semestre de 2021. Em que pese trecho do plano mencionar que sua vigência irá até 31/12/2023 (p. 11), não foi planejada qualquer medida de monitoramento territorial posterior às ações de desintrusão.</p> <p>- Especificamente quanto ao combate aos ilícitos ambientais e extrusão de infratores ambientais, o plano contempla razoável definição das responsabilidades institucionais e metodologia adequada para o enfrentamento do garimpo ilegal, com estratégia de estrangulamento logístico por meio de bloqueios fluviais, rodoviário e aéreo, combate aos ilícitos ambientais mediante a apreensão ou inutilização de equipamentos de garimpo e ações de polícia judiciária voltadas à desarticulação dos grupos criminosos e sua descapitalização.</p>
<p>a) fixação, em pontos estratégicos do garimpo na TI</p>	<p>- Serão formadas duas equipes para incursão nos</p>	



Yanomami, de equipes interinstitucionais formadas, ao menos, por forças de comando e controle suficientes para contenção dos ilícitos ambientais e socioambientais de cada região, a exemplo de fiscais do IBAMA e do ICMBio, Força Nacional, militares das Forças Armadas e das Polícias Militares Ambientais, Policiais Federais e servidores da FUNAI;	locais de garimpo ilegal e em locais de concentração de não indígenas localizados no interior da TIY, as quais serão compostas representantes do Exército Brasileiro, da Polícia Federal, da FUNAI e do IBAMA, e atuarão de forma simultânea em pontos distintos. - Ainda há previsão de fixação de equipes para realização de bloqueios fluviais no interior do território indígena.	
b) efetivo suficiente e adequado para ações estratégicas repressivas e investigativas;	Há previsão da forma de atuação e recursos empregados, assim como estimativas de custos.	
c) disponibilização de meios materiais essenciais (como provisões alimentares, insumos, serviços e equipamentos);	Há previsão da forma de atuação e recursos empregados, assim como estimativas de custos.	
d) apresentação de relatórios quinzenais que comprovem o cumprimento da liminar;	Ao final de cada ciclo será elaborado um relatório geral pela SEOPI.	Em que pese prever a formulação de relatório ao final de cada ciclo operacional, silencia quanto aos destinatários desse documento.
e) garantia de imediata extrusão de todos os garimpeiros não indígenas e seu não retorno, mantendo-se a presença estatal de forma permanente durante todo período em que reconhecida a pandemia de Covid-19;	- A ação está sendo planejada para deflagração em 3 ciclos de 15 dias, sendo 10 dias de efetivas incursões nas áreas de interesse operacional da TIY, em pelo menos 2 coordenadas distintas por dia. - Há previsão de que, em 31/05/2021, sejam atualizadas	- Padecendo de informações mais robustas de inteligência sobre as chamadas áreas de interesse operacional (AIOs), o plano não demonstra que haverá atuação em todos os pontos de garimpo ilegal da TIY. Caso confirmada a previsão de 421 pontos de garimpos ilegais, conforme



	<p>informações de inteligência acerca do efetivo atual de invasores no interior da TIY, suas localizações exatas e as características atuais dos núcleos populacionais existentes na área, visando ao conhecimento detalhado do desafio a ser vencido a ao atendimento do preceito de dimensionamento das necessidades operacionais.</p> <p>- Os ciclos operacionais iniciam-se em 01/08/2021 e encerram-se em 16/12/2021.</p>	<p>consta no plano (p. 11), as incursões previstas podem estar aquém da necessidade operacional.</p> <p>- Não há, também, uma estratégia clara da logística a ser empregada para transporte de garimpeiros para fora do território indígena. Confirmada a existência de 10 mil garimpeiros em área (número citado em audiência pelo representante do Ministério da Defesa), receia-se pela segurança das equipes de saúde nos postos do Dsei Yanomami e dos indígenas em comunidades próximas ao garimpo.</p> <p>- O plano não vigorará durante todo o período em que reconhecida a pandemia de Covid-19, encerrando-se em 16/12/2021.</p>
f) medidas para não agravar o risco de contaminação na terra indígena, de forma que as equipes designadas para execução do plano adotem medidas sanitárias rígidas de prevenção, como quarentena prévia e não aproximação de populações indígenas, focando-se apenas na desmobilização dos infratores ambientais;	Toda a atuação levará em consideração as medidas protocolares de prevenção ao contágio da COVID19, elaborado pela FUNAI, sendo que os colaboradores dos órgãos que atuarão na operação deverão permanecer em teletrabalho (quarentena) a partir de D- 14, e serão submetidos a testes rápidos antes de embarcarem de Roraima para a base de apoio.	
3.1.2) implementem o plano de ações a que alude o item 3.1.1., no prazo de até 10 dias	Apresentado em 14/05/2021, o Plano Operacional fixa o início dos ciclos de operação	- A implementação do plano ocorrerá três meses após sua apresentação, considerando a



após sua conclusão, garantindo-se sua execução, de forma efetiva, durante todo o período em que reconhecida a pandemia de Covid-19.	na data de 01/08/2021, com deflagração da operação em 31/08/2021, e prevê sua finalização em dezembro do mesmo ano.	data de deflagração da operação;  - O plano não vigorará durante todo o período em que reconhecida a pandemia de Covid-19, ficando restrito ao segundo semestre de 2021.
3.2) à UNIÃO que: 3.2.1) promova coordenação, articulação e cooperação aptas a mobilizar as forças de comando e controle de diferentes ministérios (Ministério da Justiça, Ministério da Defesa, Ministério do Meio Ambiente) para apoio ao exercício de poder de polícia socioambiental necessário à implantação do plano emergencial requerido;	O plano será coordenado pela Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, mais especificamente pela sua Secretaria de Operações Integradas - SEOPI	
3.2.2) viabilize os meios de pessoal e orçamentários necessários à implementação do plano a que se refere o item 3.1.1.;	Há previsão da forma de atuação e recursos empregados, assim como estimativas de custos.	
3.2.3) por meio de equipes multidisciplinares da Secretaria de Saúde Indígena, promova o acompanhamento da execução do plano emergencial a que alude o item 3.1.1, a fim de que sejam observadas as medidas sanitárias previstas no Plano de Contingência de Prevenção e Controle para o Novo Coronavírus (Covid-19) do DSEI-Yanomami, garantindo-se o não	O plano não prevê a participação da Secretaria de Saúde Indígena, atribuindo à Funai a observação das medidas sanitárias para evitar o agravamento da contaminação na terra indígena.	





agravamento do risco de contaminação na terra indígena.		
---	--	--

As observações acima elencadas demonstram a insuficiência do Plano Operacional de Atuação Integrada apresentado pela UNIÃO à luz do que fora determinado pelo TRF1. Com efeito, o planejamento apresentado posterga em demasia a deflagração das ações de enfrentamento ao garimpo ilegal, não contempla monitoramento territorial por todo o período de pandemia, deixa de apresentar garantias de extrusão completa dos infratores ambientais e não informa os mecanismos pelos quais será demonstrada a implementação das ações planejadas a esse Juízo e à parte autora dessa ação.

Diante disso, conclui-se pelo não cumprimento da decisão liminar em sua integralidade, persistindo a mora dos requeridos.

### III - Proposta para autocomposição do litígio

Não obstante a incompletude do Plano Operacional de Atuação Integrada, é preciso considerar a necessidade urgente de extrusão de infratores ambientais da Terra Indígena Yanomami e o cenário de dificuldades estruturais para formulação e implementação imediata de um planejamento mais robusto com ações de médio e longo prazo enquanto perdurar a pandemia de Covid-19. Desse modo, vislumbra-se a possibilidade de autocomposição do litígio, a fim de atribuir resolutividade à presente demanda.

Tendo em conta a designação de nova audiência de conciliação, o referido acordo poderá ser debatido oralmente com os requeridos, ficando desde já sugeridas as seguintes condições:

I - A UNIÃO, IBAMA, ICMBIO e FUNAI obrigam-se à extrusão de todos os garimpeiros não indígenas e seu não retorno à Terra Indígena Yanomami. Para tanto, cumprirão integralmente o Plano Operacional de Atuação Integrada - Terra Indígena Yanomami (Id. 505990356);



II - As ações planejadas serão implementadas conforme cronograma apresentado no referido plano;

III - A UNIÃO, na condição de coordenadora do plano, apresentará mensalmente relatório das atividades de implementação do Plano Operacional de Atuação Integrada, nas datas de 30/06, 30/07 e 31/08, de 2021, os quais serão monitorados em processo judicial próprio perante o Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Roraima, a fim de garantir o sigilo das informações;

IV - A UNIÃO deverá informar nos autos a deflagração da operação, conforme item 15 do Plano Operacional de Atuação Integrada (“Status Operacional Pleno I - deflagração (início das incursões diárias)”), na data de 31/08/2021;

V - Acaso a deflagração das incursões diárias não tenha início até o dia 31/08/2021, conforme previsto no item 15 do Plano Operacional de Atuação Integrada, a multa estabelecida na decisão Id. 477458351, para implementação do plano (item, “b” da decisão), será integralmente aplicada;

VI - Deflagrada a operação, a UNIÃO apresentará relatórios detalhados das ações empreendidas e resultados alcançados ao final de cada ciclo de operação, nas datas de 15/09/2021, 28/10/2021 e 16/12/2021 (datas de apresentação de relatórios gerais pela SEOPI, conforme cronograma do Plano Operacional de Atuação Integrada);

VII - Ao final do último ciclo de operação (16/12/2021), a UNIÃO apresentará plano de monitoramento territorial efetivo da Terra Indígena Yanomami, a fim de garantir o não retorno de infratores ambientais durante todo o período em que reconhecida a pandemia de Covid-19, em conformidade com a decisão liminar proferida pelo TRF1 nos autos de Agravo de Instrumento n.º 1015910-84.2020.4.01.0000;

VIII - O descumprimento das demais obrigações do presente acordo judicial ensejará a execução do título judicial e o pagamento de multa diária por atraso, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), de forma solidária, até a satisfação total das obrigações assumidas, sem prejuízo da configuração de ato de improbidade administrativa por parte dos representantes legais e da propositura de execução específica das obrigações, nos termos do artigo 5º, §6º, da Lei nº 7.347/85;



IX - O descumprimento será aferido pela interrupção ou morosidade injustificada das ações inerentes ao cumprimento do Plano Operacional de Atuação Integrada, descumprimento injustificado dos prazos indicados no cronograma de implementação, ou pela omissão dos entes públicos acima referenciados em apresentar os relatórios ou responder a requisições de informações;

X - Sempre que necessário, as partes poderão convocar reuniões extrajudiciais para tratar do objeto deste acordo judicial, a serem realizadas por meio virtual ou no auditório da Procuradoria da República em Roraima, ou, por iniciativa de qualquer ente, audiência perante o Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Roraima;

XI - As partes poderão, a qualquer tempo, diante de novas informações que impliquem eventuais alterações substanciais nas circunstâncias fáticas ou legais, propor a revisão ou a complementação dos compromissos ora firmados;

XII - A homologação do presente Acordo Judicial, com eficácia de título executivo judicial, implicará a extinção, com resolução do mérito, da Ação Civil Pública nº 1001973-17.2020.4.01.4200, na forma do art. 487, III, do Código de Processo Civil, sem prejuízo da continuidade e ajuizamento de outras ações para tutela dos direitos dos povos indígenas Yanomami e Ye'kwana.

#### **IV - Da homologação do Plano Operacional de Atuação Integrada**

À vista do exposto acima, o Ministério Público Federal manifesta-se desde já pela homologação do **Plano Operacional de Atuação Integrada (Id. 505990356)**, com as seguintes ressalvas:

- 1) Os requeridos deverão garantir a extrusão progressiva de todos os garimpeiros não indígenas, de acordo com os ciclos operacionais previstos no cronograma;
- 2) Ao final da operação de extrusão (16/12/2021), a UNIÃO deverá apresentar plano de monitoramento territorial para garantia do não retorno dos garimpeiros ilegais à Terra Indígena Yanomami;



- 3) Na condição de coordenadora da operação, a UNIÃO deverá apresentar relatórios demonstrando a implementação do plano e observância do cronograma de ações, na forma e periodicidade indicadas no tópico anterior desta manifestação.

## V - CONCLUSÃO

Pelo exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** requer a homologação do Plano Operacional de Atuação Integrada apresentado pela União aos 14/04/2021 (Id. 505990356), com as ressalvas indicadas nesta manifestação, e que sejam concedidas vistas imediatas aos réus acerca da proposta de acordo, corroborando desde já a necessidade de nova audiência para continuidade das tratativas de conciliação e atualizações sobre o Plano Operacional de Atuação Integrada.

Boa Vista, na data da assinatura eletrônica.

*(assinatura eletrônica)*  
**ALISSON MARUGAL**  
Procurador da República

